



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCESSO Nº 14129/24
DATA DO INÍCIO 06/08/24
SUSCITAÇÃO 08/09/24

Maricá, 02 de setembro de 2024.

À Subsecretaria da Rede de Urgência e Emergência - SMS,

Trata-se de procedimento administrativo instaurado a partir de Impugnação apresentada pela empresa **A & G Serviços Médicos LTDA**, ao edital de licitação por pregão eletrônico nº 17/2024 – SRP, que tem por objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de transporte de apoio às atividades assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde, notadamente o transporte inter-hospitalar e transporte entre as unidades de saúde de Maricá, visando atendimentos primários e/ou secundários que, por sua vez, necessitam de transporte seguro, confortável com os seguintes tipos de ambulâncias: Tipo B – ASB (ambulância de suporte básico), tipo D – ASA (ambulância de suporte avançado); tipo D – ASA OBESO (portadores de obesidade mórbida) e tipo D – NEOPED (neonatais e pediátricos).

Em atenção à impugnação apresentada às fls. 03/26, destaca-se os seguintes pedidos:

- a) Exclusão da exigência de obrigatoriedade de filial/base/central de atendimento no município de Maricá, sob alegação de restrição da competitividade, ou a concessão do prazo mínimo de 60 (sessenta) dias úteis para comprovação da base da empresa dentro do referido município;
- b) Exclusão da exigência contida no item 20.2 do edital, que trata da especificação da frota, bem como a indicação da localização das instalações, passando a exigir apenas a declaração por parte da empresa afirmando que providenciará, dentro do prazo, veículo e local para a regular prestação de serviço, sendo tais documentos exigidos apenas no momento da assinatura do contrato;
- c) Exclusão da exigência de licença sanitária municipal e comprovação de adequação aos requisitos impostos pela RDC nº 59, de 27 de junho 2000,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCESSO Nº 19129/24
DATA DO INÍCIO 06/08/24
NÚMERO 30

sob alegação de que os referidos documentos não possuem compatibilidade com o objeto licitado;

- d) O prazo de 60 (sessenta) dias úteis para entrega do objeto licitado;
- e) Exclusão da obrigatoriedade de emplacamento dos veículos no município de Maricá;
- f) Republicação do edital.

No que concerne ao item a)

Poderíamos observar restrição de competitividade caso a exigência seja de filial ou base de central de atendimento no município de Maricá para a participação no certame.

No entanto, a exigência refere-se a providências após assinatura de contrato. Quer dizer que, a contratada deverá providenciar a central de atendimento e bases descentralizadas dentro do município após a ordem de início, e os custos relacionados ao referido serviço estarão contidos na proposta de qualquer empresa concorrente, o que não compromete o caráter competitivo do certame.

Assim, para que reste justo aos licitantes, recomendo que seja estipulado um prazo razoável para implementação das bases, sendo 120 (cento e vinte) dias corridos após a ordem de início, tanto para a instalação das bases quanto para o início efetivo do serviço.

No que concerne ao item b)

O pedido de exclusão da exigência de apresentação da especificação da frota poderá ser acatado em parte, sendo exigível, apenas, após o prazo estipulado para implementação do serviço, sendo sugerido 120 (cento e vinte) dias corridos após a ordem de início. Com relação à indicação da localização das instalações, poderá se dar através de declaração por parte da empresa licitante, afirmando que



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCESSO Nº 19129/24
DATA DE EMISSÃO 06/08/24
AUT. 31

providenciara, dentro do prazo de 120 dias corridos contados da ordem de início, local para a regular prestação de serviço.

No que concerne ao item c)

O alvará sanitário é um documento emitido pela Vigilância Sanitária que atesta que o estabelecimento ou veículo está em conformidade com as normas sanitárias vigentes. No caso da ambulância, é necessário que ela esteja equipada com os equipamentos obrigatórios, conforme determinado pela Portaria MS 2.048/02 e Resolução CFM 1.671/03. Além disso, é preciso obter o alvará sanitário específico para a ambulância.

E em relação à Resolução Anvisa RDC nº. 59, de 27 de junho de 2000, esta determina a todos fornecedores de produtos médicos, o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelas "Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos". Sabe-se que as ambulâncias são equipadas com insumos e medicamentos que necessitam da garantia da qualidade do processo e do controle dos fatores de risco à saúde.

A referida resolução prevê, no § 1º do art. 1º, que os estabelecimentos que armazenem, distribuam ou comercializem produtos médicos deverão, igualmente, cumprir o previsto no seu Anexo I.

No entanto, embora entenda pela necessidade de manter a exigência, esta **Subsecretaria não possui expertise para aferir sobre a real necessidade de manutenção ou exclusão da cláusula**, tratando-se de um tema estritamente técnico. Por esta razão, **submeto este item ao apreço da subsecretaria supracitada.**

No que concerne ao item d)

Opino pela alteração do Termo de Referência e do Edital, no sentido de concessão do prazo de 120 (cento e vinte dias) corridos, contados da ordem de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCESSO Nº 19129/24
DATA DO INÍCIO 06/08/24
AUE Nº 52

início, para entrega total do objeto licitado, em razão da exigência contida no Termo de Referência de apresentação de, pelo menos, 50% de veículos 0km (item 2.8.17).

No que concerne ao item e)

Opino para que seja acatado o pedido constante no presente item, no sentido de ampliar a permissão de emplacamento para qualquer estado dentro do território brasileiro, evitando, assim, a restrição de competitividade.

No que concerne ao item f)

A republicação do Edital, caso acatados os pedidos, será realizada após a manifestação técnica e ratificação da Secretária de Saúde.

Por fim, **solicito o apoio da Subsecretaria da Rede de Urgência e Emergência na análise dos pedidos da referida impugnação, principalmente com relação ao item “c”.**

Na oportunidade, manifestamos protestos de mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**Isis Cunha e Silva
Subsecretaria de Gestão Administrativa
Mat. 112.293**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 19129/24
DATA DO INÍCIO: 05/08/24
RUBRICA: [assinatura] FLS.: 53

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

Maricá, 05 de setembro de 2024.

À Subsecretaria de Gestão Administrativa – SMS

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 17/2024 – SRP – Processo n.º 2935/2023

Assunto: Impugnação ao Edital – Análise e parecer acerca das impugnações apresentadas nos itens “c” e “f”

Prezados,

Com cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para informar que após análise detalhada do caso em apreço, venho manifestar parecer favorável à obrigatoriedade de obtenção do alvará sanitário para ambulâncias, em conformidade com as regras estabelecidas pela Vigilância Sanitária. Além disso, manifesto concordância no que diz respeito à republicação do Edital, caso necessário, conforme mencionado no parecer expedido pela Subsecretaria de Gestão Administrativa – SMS.

Conforme ressaltado pela Subsecretaria de Gestão Administrativa – SMS, o alvará sanitário atesta a adequação do veículo às normas sanitárias em vigor, sendo imprescindível que as ambulâncias estejam equipadas com os dispositivos obrigatórios estabelecidos pela Portaria MS nº 2.048/02 e pela Resolução CFM nº 1.671/03.

Ademais, a Resolução ANVISA RDC nº 59, de 27 de junho de 2000, em seu § 1º do art. 1º estabelece que todos os fornecedores de produtos médicos devem observar as "Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos", destacando a importância da qualidade dos insumos e medicamentos utilizados em ambulâncias,

bem como a necessidade de um controle rigoroso sobre os fatores de risco à saúde. Neste contexto, é imperioso que os estabelecimentos responsáveis pelo armazenamento, distribuição ou comercialização de produtos médicos cumpram integralmente os requisitos estabelecidos no Anexo I dessa resolução.

Embora a empresa impugnante não seja responsável pelo processo de fabricação, distribuição e comercialização dos produtos médicos, esses materiais são armazenados nas ambulâncias. Assim, por analogia, entende-se que deve haver a observância da referida regra no certame.

Portanto, resta certo que o cumprimento das normas previstas no referido anexo são fundamentais para garantir a segurança e a eficácia dos serviços prestados.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para prestar eventuais esclarecimentos e despeço-me com votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Thiago Soares Carneiro
MAT 113026
SUBSECRETÁRIO DA RUE

Thiago Soares Carneiro
Subsecretário da Rede de Urgência e Emergência
Matrícula: 113026